



JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024

Proc. Adm. nº 0799/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO - RJ, neste ato representado por seu Pregoeiro designado pela PORTARIA Nº 193/2023, de 15 de abril de 2024, vem em razão da **IMPUGNAÇÃO** ao Ato Convocatório do Pregão em epígrafe, proposta pela licitante **ORIENTE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 01.127.106/0001-13, sediada a Estrada Araruama Rio Bonito, Rodovia RJ 124 – KM 33 s/nº, Itatiquara – Araruama - RJ, apresentar as suas razões, para, ao final decidir, como segue:

I - DO RELATÓRIO

Trata-se da análise da **IMPUGNAÇÃO** ao ato convocatório do Pregão Eletrônico nº 015/2024, cujo objeto é **EVENTUAL LOCAÇÃO DE CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS COM FORNECIMENTO DE MOTORISTAS E OPERADORES** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos, objetivando alteração do Edital conforme explanado a seguir, no mérito desta decisão.

II- PRELIMINARMENTE - DA ADMISSIBILIDADE

À análise preliminar cumpre a verificação dos requisitos formais para apresentação da presente impugnação, a qual foi encaminhada no dia 07/05/2024 via sistema Licitanet, dado que a sessão pública para recebimento das propostas no referido sistema estava prevista para o dia 10/05/2024.

No que se refere à tempestividade verifica-se a impugnação atender às exigências do Item 19 do Edital.

Sendo assim, este Pregoeiro tomou conhecimento dos fatos alegados, para a luz dos preceitos legais, analisar os fundamentos aduzidos pela impugnante.

III - DAS RAZÕES

A empresa Impugnante prima pela alteração do edital no que refere à participação de empresas em recuperação judicial. Alega a impugnante que o Edital possui previsão de participação “apenas” para as empresas em recuperação judicial com a ressalva da apresentação da devida certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Câmara, Dou de 04/10/2011). Sendo assim, solicita a inclusão em Edital da possibilidade de participação de empresas que possuam plano de recuperação judicial aprovado e homologado, como condição de igual modo para a participação.

IV - DO JULGAMENTO

Instada a se pronunciar a respeito do pleito da empresa, a Procuradoria Geral do Município se manifestou através de parecer anexo aos autos, cujo os fundamentos encontram-se descritos, pela inviabilidade da alteração das regras do Instrumento Convocatório, visto que, a Administração Pública é quem detém da discricionariedade para especificar as cláusulas previstas no Edital, bem como o descritivo do objeto, desde que não haja violação dos princípios que regem a Lei 14.133/21, assegurando a igualdade de condições a todos os concorrentes.

Desta maneira permanece inalterado o Edital.



V – DA DECISÃO

Em referência aos fatos expostos e da análise aos itens impugnados, o Pregoeiro, no uso de suas atribuições e em obediência a Lei nº 14.133/21, bem como, em respeito aos princípios licitatórios e manifestação da Procuradoria Geral do Município que opinou, através de parecer anexo aos autos, pela inviabilidade da alteração de cláusulas Editalícias, **DECIDE** que:

PRELIMINARMENTE, a presente **Impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico nº 015/2024**, foi **CONHECIDA**, e **NO MÉRITO**, as argumentações apresentadas não demonstraram fatos capazes de convencer o Pregoeiro no sentido de rever os itens atacados pelo impugnante constantes no Instrumento Convocatório, sendo então motivo suficiente para o **INDEFERIMENTO total das alegações** constantes na Impugnação interposta, portanto julgada, **IMPROCEDENTE**.

Ressalte-se, ainda, que foram resguardados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, do julgamento objetivo, da finalidade, portanto, respeitadas as normas que regem a modalidade em comento.

É como decido.

Sumidouro, 15 de maio de 2024.

Thiago Bandeira de Gouvêa Marques
Pregoeiro

RATIFICO nos termos do artigo 15, parágrafo 3º, do Decreto Municipal n. 1789/2007 a decisão a mim submetida, mantendo-a irreformável pelos seus próprios fundamentos.

Eliésio Peres da Silva
Prefeito Municipal